

Senado discute punição a veículos que divulgam 'fake news'

Em audiência pública, debatedores sugeriram investimento em jornalismo

POR MARIA LIMA

21/03/2018 18:05 / atualizado 21/03/2018 19:44



O vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PA), comanda audiência pública sobre 'fake news' - **Geraldo Magela/Agência Senado**

BRASÍLIA —
 Autoridades
 da **Justiça**
Eleitoral,
 especialistas
 em **mídias**
digitais e
 personalidades de

ÚLTIMAS DE BRASIL



TRF-4 rejeita recurso de Lula e torna ex-presidente ficha-suja 26/03/2018 16:56

Defesa promete mais um recurso no TRF-4 e diz que Lula não é ficha-

entidades

**suja** 26/03/2018 15:55**Análise: Pré-candidatura de Lula sofre revés esperado,****mas conta com brecha** 26/03/2018 15:50**Repórter do GLOBO é agredido por segurança de****Lula** 26/03/2018 15:43

da **imprensa** debateram nesta quarta-feira, em audiência pública no plenário do Senado, formas de combater as notícias falsas, ou **fake news**, nas eleições — as primeiras em que os candidatos poderão patrocinar publicações na internet.

Duas propostas tiveram maior apoio entre os debatedores: responsabilização das plataformas digitais pelas notícias que veiculam (da mesma forma que veículos de comunicação já são responsabilizados) e investimento pesado em jornalismo de credibilidade para combater as postagens falsas.

A influência de hackers russos na eleição do presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, e o recente episódio da disseminação de notícias falsas sobre a vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada na última semana,

foram citados como formas perversas do uso indiscriminado de fake news. A sessão temática foi realizada a pedido do senador Telmário Mota (PDT-RR), com apoio de outros 16 senadores.

— Recentemente vimos a avalanche de notícias falsas veiculadas a respeito da vereadora Marielle, que foi brutalmente assassinada no Rio de Janeiro. Na ocasião, lamentavelmente, uma desembargadora do Rio de Janeiro compartilhou informações que diziam que Marielle era engajada com bandidos, que havia sido eleita pelo Comando Vermelho. Veja que situações como essa trazem grande prejuízo à reputação e transtorno inimaginável para os familiares, que ainda amargam o sofrimento da grande perda — discursou Telmário.

Veja também



Fake news é resultado de país dividido, diz pesquisador



Perfis falsos fizeram parte da campanha de Dilma, em 2010



WhatsApp fica sem regulação para a campanha eleitoral

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo, em sua fala, evitou falar em suspensão de

conteúdo, mas cobrou a responsabilização das plataformas digitais que veiculam notícias falsas e lucram com esse “negócio milionário”. Sua sugestão para

combater as fake news e certificação das notícias é “jornalismo na veia”.

— Não há forma de certificação melhor para a notícia do que o jornalismo. Por quê? Em primeiro lugar, porque o jornalismo é profissional e aqui eu faço uma profissão de fé aos jornalistas, aos profissionais que ocupam e que dedicam a sua vida a esta atividade de apurar a verdade. E, segundo, porque este jornalista tem cara, endereço, e-mail publicado e pode ser responsabilizado se errar. Os veículos de comunicação erram? Erram, mas assumem a responsabilidade pelos seus erros — defendeu Tonet.

Ele comentou notícia de que o Google irá investir U\$300 milhões no combate às fake news e sugeriu que esse dinheiro seja investido na contratação de bons jornalistas para apurar a veracidade das informações.

— Não existe possibilidade, em um Estado democrático de direito, em uma economia de mercado, alguém que faz da disseminação de notícias, do trânsito de notícias e de expressões seu negócio — e um milionário negócio — não queira por esse negócio assumir responsabilidades.

Então, eu acho que a pedra de toque para a solução do problema é uma só: é nós trabalharmos com responsabilidade. Se os nossos veículos divulgam uma notícia falsa, temos responsabilidade criminal e civil. Então, quem distribui notícias, quem é o disseminador das notícias tem que assumir responsabilidades — sugeriu o representante da Abert.

Na mesma linha, o diretor da sucursal da "Folha de São Paulo" em Brasília, o jornalista Leandro Colon, defendeu que a melhor forma de combater fake news é investir no bom jornalismo. Também lembrou que, diante de uma notícia a ser contestada, o alvo sabe o nome do diretor do jornal, o repórter que assinou a reportagem, o seu editor e onde fica a empresa e há mecanismos legais para se pedir reparação, para processar por danos morais, por calúnia, por difamação.

— Acho que nunca o jornalismo profissional foi tão necessário como hoje em dia, em tempos de fake news — defendeu Leandro Colon, da tribuna do Senado.

O senador Laiser Martins concordou:

— Essa é a hora de se afirmar a imprensa tradicional — discursou.

FBI VISITOU TSE

Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Murillo Aragão , defendeu a necessidade da mudança da legislação, sem que se confunda com censura prévia. O Conselho foi alvo de críticas pela elaboração de um anteprojeto que daria a alvos de fake news poder para pedir a suspensão do conteúdo nas plataformas digitais em 24 horas, sem autorização prévia da Justiça. A minuta foi engavetada e agora foi criada uma comissão para analisar oito projetos de lei sobre o tema que tramitam no Congresso para se manifestar nos próximos 30 dias.

— Há necessidade sim de mudança da legislação, para combate da questão das notícias falsas, o que não quer dizer que somos a favor da censura. Há uma mobilização contra a mudança da legislação com o argumento de que é censura . É uma estratégia antiga linkar com censura, não podemos cair nessa armadilha — disse Murillo Aragão.

Murillo não confirmou a intenção do Conselho sugerir a criação de uma CPI para investigar o desvio de dados pelo Facebook, mas defendeu que plataformas digitais sejam chamadas a responder pela veiculação de notícias falsas e uso indevido de dados perante o Congresso Nacional.

— As plataformas digitais devem ser convocadas a explicar, perante o Congresso Nacional, o que fazem e sobre o que pensam frente aos acontecimentos verificados recentemente nos Estados Unidos e que envolvem importantes plataformas sociais que têm amplo impacto na vida política e social do nosso país — defendeu Murillo Aragão.

O ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Tarcísio Vieira falou do temor da influência das fake news nas próximas eleições.

— Há pouco mais de dez dias, nós recebemos, no Tribunal Superior Eleitoral, uma visita bastante instrutiva do FBI norte-americano, do seu comitê de crimes cibernéticos. E eles nos passaram um panorama bastante preocupante das dificuldades que são enfrentadas no tratamento desta matéria, sobretudo à luz da própria principiologia

constitucional e jurídica atinente à liberdade de expressão — contou o ministro Tarcísio Vieira.

Na presidência da sessão, o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima, disse que o Congresso Nacional tem a responsabilidade de aprofundar o debate sobre o combate as fake news, tendo com um bem intocável a liberdade de expressão .

— Na verdade, o fake news é, em bom português, uma mentira, uma inverdade, e isso tem-se propagado muito na rede mundial de computadores, na internet e, sobretudo, no processo eleitoral que se avizinha, tem sido uma preocupação manifesta do Tribunal Superior Eleitoral, da Justiça Eleitoral como um todo, da imprensa brasileira, do Parlamento nacional, para que nós possamos debater sobre esse fenômeno que tem trazido transtornos à vida dos cidadãos brasileiros, daqueles que militam ou não na política — disse Cássio.